

**DA INVESTIGAÇÃO À CRÍTICA:  
A BUSCA KANTIANA PELA DEFINIÇÃO DO MÉTODO DA FILOSOFIA**

**From the *Inquiry* to the *Critique*:  
Kant's quest for the proper method of philosophy**

Adriano Perin

Instituto Federal de Santa Catarina  
adriano.perin@ifsc.edu.br

**Resumo:** Este trabalho aborda a busca kantiana pela definição do método da filosofia no que tange à posição, apresentada na *Investigação*, de que a filosofia segue um método exclusivamente analítico e à retomada dessa posição, na *Crítica da razão pura*, com a tese de que à filosofia cabe a especificidade do método sintético *a priori*. Inicialmente, é considerada a posição da década de 1760, quanto à afirmação da certeza de que a filosofia possui um método distinto da matemática e à descrição das regras que visam à sustentação do seu proceder característico. Depois, num segundo momento, é especificada a posição crítica sobre o método da filosofia enquanto ancorada na autossuficiência das faculdades da sensibilidade e do entendimento e na necessidade da sua correlação para fundamentação do conhecimento humano. A conclusão apresentada é a de que a Dedução das Categorias, de acordo com a sua estruturação no argumento da segunda edição da *Crítica*, é a resposta de Kant para a definição do método próprio de investigação da filosofia.

**Palavras-chave:** Diferença entre os métodos da filosofia e da matemática; Análise de conceitos; Síntese entre o dado sensível e a sua determinação conceitual; Dedução das categorias; Método analítico e método sintético *a priori*.

**Abstract:** This paper aims at approaching Kant's search for a particular method to philosophy as regards his view, presented in the *Inquiry*, that it exclusively holds an analytical method as well as the reconsideration of this view, in *Critique of pure reason*, on the ground of the thesis that philosophy demands a synthetic *a priori* method. At first, Kant's view in the 1760s, in what matters to the insistence that philosophy should not count on mathematical method and the description of the rules which would ground its own procedure, is set forth. After that, Kant's critical view on the method of philosophy based upon both the self-sufficiency of the understanding and sensibility and their correlation in human cognition is taken into account. The conclusion reached is that the argument of the Deduction of the Categories, as it is laid out in the second edition of the *Critique*, holds Kant's decisive answer to the determination of a unique method of investigation to philosophy.

**Keywords:** Difference between philosophical and mathematical methods; Analysis of concepts; Synthesis between what is given to sensibility and its conceptual determination; Deduction of the categories; Analytic and synthetic *a priori* methods.

## 1. Introdução

A conhecida divisão da filosofia kantiana em “pré-crítica” e “crítica” não encontra, de fato, parâmetro na tarefa que essa filosofia se propõe. Na introdução à *Investigação sobre a distinção dos princípios da teologia natural e da moral*, lê-se que a tarefa em questão consiste na obtenção de uma “forma determinada” para os

conhecimentos filosóficos, isso por meio da garantia de uma “regra imutável do método didático”, em contraposição a sua situação de “eterna instabilidade de opiniões e de seitas escolásticas” (UD 02: 275). Outrossim, na *Crítica da razão pura*, considera-se que a obra é proposta como “um tratado do método”, cuja “tarefa principal [...] reside nessa tentativa de modificar o procedimento até [então] adotado na metafísica” (KrV B XXII). Aqui, também, a abordagem da tarefa é vista como resposta à situação de “mero tateio” dos conhecimentos filosóficos ou do fato de eles estarem situados, na tradição, em “[...] um campo destinado a exercitar as forças em jogos de combate, mas onde até [então] nenhum combatente conseguiu conquistar o menor lugar para si, nem fundar uma posse duradoura a partir de uma vitória” (KrV B XV).

É, contudo, no percurso de resposta a essa tarefa que é encontrada uma diferença seminal nas posições apresentadas por Kant nas décadas de 1760 e 1780. O presente trabalho considera essa diferença, no que tange à busca kantiana pela definição do método da filosofia nos textos da *Investigação* e da primeira *Crítica*.

A primeira parte do trabalho toma em apreço o texto da *Investigação* e defende que, nessa obra, é dada a tese kantiana de que o método da filosofia consiste exclusivamente na análise de conceitos. Sustenta-se, inicialmente, que essa tese é estruturada a partir do resultado que Kant chegara na *Nova dilucidatio*, de 1755: a impossibilidade de uma procedimento de transição sintética entre a formulação lógica do princípio de razão suficiente e a validade real desse princípio no que diz respeito à sua determinação ontológica do que existe de modo contingente. Garante-se, num segundo momento desta primeira seção, que a abordagem kantiana do método da filosofia na *Investigação* está ancorada em sua defesa, promulgada já nos seus primeiros trabalhos filosóficos, de que a filosofia, na sua autossuficiência, demanda um método não fundamentado no proceder metodológico da matemática. Atende-se, num terceiro momento, à especificidade da tese da *Investigação* que sustenta a exclusividade do proceder analítico da filosofia em relação ao proceder sintético da matemática. Argumenta-se que essa tese conta com a posição de que, ao passo que a matemática parte de definições previamente dadas e, mediante um procedimento sintético, chega facilmente a conceitos simples; a filosofia parte sempre de conceitos obscuros e, por meio de um procedimento de análise, precisa determinar a distinção das marcas características de tais conceitos. São detalhadas, nesse terceiro momento, as regras que

Kant concebe como necessárias à definição do método analítico como método próprio da filosofia, na sua contramão ao método sintético da matemática.

A segunda parte do trabalho apresenta a resposta crítica à tarefa de definição do método próprio da filosofia e sustenta que essa resposta consiste na retomada da tese da *Investigação* e, então, na apresentação desse método como responsável pela justificação da síntese entre o que é sensivelmente dado e a sua determinação discursivo-conceitual. Num primeiro momento, apresenta-se a problemática crítica da distinção dos métodos da filosofia e da matemática quanto ao proceder “por meio de meros conceitos” daquela e à construção de conceitos desta. Argumenta-se que essa distinção crítica conta, agora, com a concepção de que o conhecimento humano como um todo demanda a cooperação das faculdades da sensibilidade e do entendimento. Num segundo momento, são considerados os elementos que garantem a distinção crítica entre os métodos da filosofia e da matemática. Num terceiro momento, por fim, é enfrentada a justificação crítica do método da filosofia enquanto responsável pela síntese entre o sensivelmente dado e a sua determinação conceitual. Defende-se que essa justificação é feita no argumento da Dedução das Categorias. São consideradas, de princípio, as duas tentativas de solução que compreendem o argumento da primeira edição da *Crítica*: a aposta na caracterização do domínio da faculdade do entendimento enquanto suficiente para apresentação da especificidade do conhecimento humano como um todo (A 92-93); a investida na análise desse todo do conhecimento, enquanto experiência, a fim de encontrar a sua determinação transcendental não empírica na faculdade do entendimento (A 94-130). É atendido, por fim, o argumento da Dedução das Categorias da segunda edição da *Crítica*, concebido por Kant como resposta definitiva à justificação do método da filosofia enquanto síntese entre o sensível e o intelectual no conhecimento humano. Garante-se que esse argumento tem sua eficácia por partir, no seu primeiro passo metodológico, da análise da faculdade do entendimento, e, por efetivar, no seu segundo passo metodológico, a relação sintética da determinação conceitual dessa faculdade com o que é dado à faculdade da sensibilidade. Sustenta-se, então, que é no argumento da Dedução das Categorias de 1787 que Kant leva a cabo a sua tarefa de definição do método próprio da filosofia, enquanto encarregado da síntese entre o que é dado à sensibilidade humana e a sua necessária determinação pela faculdade do entendimento.

## 2. A análise de conceitos como garantia de especificidade ao método da filosofia

A mania por método [*Methodensucht*] e a imitação do matemático, que progride sobre uma estrada bem pavimentada [*wohlgebahnten Straße*], ocasionou um grande número de tais passos em falso no escorregadiço solo [*schlüpfrigen Boden*] da metafísica<sup>1</sup>.

Os conhecimentos filosóficos têm, na maior parte das vezes, o destino das opiniões e são como os meteoros, cujo brilho, por sua duração, nada prometem. Eles desaparecem, mas a matemática permanece. A metafísica é, indiscutivelmente, o mais difícil entre os saberes humanos [*menschlichen Einsichten*]; porém, nenhuma foi jamais escrita até então. [...] [N]ada tem sido tão prejudicial à filosofia quanto a matemática, a saber, a imitação que ela faz do método de pensar desta em terrenos onde ele não pode ser empregado<sup>2</sup>.

\* \* \*

Na argumentação da dissertação *Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova dilucidatio*, de 1755, Kant chegara ao resultado de que o princípio de razão suficiente pode ser garantido como analiticamente contido no princípio de contradição. Essa analiticidade, estabelecida mediante a noção de “determinação absoluta” do predicado pela noção do sujeito em uma proposição, deixou em aberto a validade objetiva do princípio de razão suficiente em relação às coisas realmente possíveis ou existentes<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> BDG 02: 071. A tradução das obras de Kant, quando não indicada na lista de referência, é feita pelo autor. Os casos de alteração da tradução indicada, mediante a sua comparação com o texto original, são identificados na apresentação da referência dos trechos citados. Nas citações de comentários em língua estrangeira, a tradução também é do autor.

<sup>2</sup> UD 02: 283. Tradução modificada.

<sup>3</sup> Sobre a problematização dessa tese, veja-se Perin (2015, pp. 258-259): “[...] a distinção entre razão de verdade e razão de existência implica o abandono de uma destas assertivas: i. que a noção de razão antecedentemente determinante é necessária no domínio da verdade e que, enquanto tal, ela é a razão de ser da determinação completa do predicado pela noção do sujeito e, acima de tudo, que é em analogia com essa determinação completa do predicado que se concebe a razão antecedentemente determinante como razão de ser da determinação completa da existência de algo; ii. que, [...] no domínio da verdade, basta a identidade entre o predicado e o sujeito. A introdução final que Kant faz da distinção entre razão de verdade e razão de existência, restringindo a primeira à identidade do sujeito e do predicado, objetiva que, na sua formulação, o ‘princípio de razão determinante, comumente chamada suficiente’ escape à crítica de Crusius de ‘[...] que a razão de conhecer [...] é muitas vezes empregada no lugar de razões reais e antecedentemente determinantes’ (PND 01: 398). Mas, o que deve também ser visto, desde que se aceita a alternativa “ii” acima face à alternativa “i”, é que essa distinção compreende a *rejeição da formulação* do princípio no domínio da verdade, bem como a *rejeição da prova* [...] de que, no domínio da existência, ‘nada que existe de modo contingente pode ser desprovido de uma razão antecedentemente determinante’ (PND 01:396). Como resultado, vale dizer a busca de Kant pela justificação do princípio de razão suficiente de fato chega a um impasse na *Nova dilucidatio*: ou (i.) ele admite que essa razão é

A dificuldade fundamental de estabelecer, a partir da referida analiticidade no domínio lógico, a validade do princípio também no domínio ontológico ou, ainda, de garantir esse princípio autonomamente neste último domínio é retratada em diversas reflexões de metafísica da fase  $\zeta$  (zeta) (cuja datação compreende 1764-1766), nas quais Kant passaria a defender que, em filosofia, apenas juízos analíticos podem ser legitimados racionalmente. Vale considerar os seguintes trechos:

[...] todos os juízos analíticos são [juízos] racionais e vice-versa, todos os juízos sintéticos são [juízos] empíricos e vice-versa<sup>4</sup>;

*Principia rationalia* não podem de modo algum ser sintéticos. Todas as proposições empíricas são [proposições] sintéticas e vice-versa. Todas as proposições racionais são analíticas<sup>5</sup>;

Todos os *principia primitiva* são ou proposições elementares e analíticas ou *axiomata* e sintéticos. Distinguem-se proposições analíticas e sintéticas em geral. As racionais são analíticas, as empíricas [são] sintéticas, [estas últimas] como nas proposições da matemática<sup>6</sup>.

Poder-se-ia pensar que essa posição de Kant significa, agora, uma tomada de partido frente à disputa metodológica representada, nas primeiras décadas do século XVIII, por Wolff e Crusius<sup>7</sup>. Contudo, tendo presente que, propriamente na década de 1760, Kant especifica esse conflito como estabelecido entre um “matemático” e um “místico (escolástico)”<sup>8</sup>, parece ser mais pertinente descrever a posição de Kant nessa década como insistência de que o método da filosofia não é o mesmo e nem deve imitar

---

estabelecida em analogia com a completa determinação do predicado pelo sujeito no domínio da verdade, o que, mesmo que indiretamente, favoreceria a crítica de Crusius, ou (ii.) ele admite que, no domínio da verdade, a noção de identidade é suficiente, o que mantém o estabelecimento do princípio com uma tarefa ainda por ser empreendida”.

<sup>4</sup> *Refl* 3738, 017: 278.

<sup>5</sup> *Refl* 3744, 017: 280.

<sup>6</sup> *Refl* 3750, 017: 281/282.

<sup>7</sup> Ver Perin (2015, p. 516): “[n]o período imediatamente precedente às primeiras investigações filosóficas de Kant no início da década de 1750, o método dedutivo dos raciocínios silogísticos, sistematicamente desenvolvido e sustentado pela escola leibniz-wolffiana, era aceito como método genuíno a ser adotado em filosofia. Segundo esse método, em metafísica, deve-se imitar o proceder da matemática, partindo de termos claramente definidos e deduzir rigorosamente deles teoremas. Contudo, em meados do século XVIII, essa *posição* encontrou uma considerável *oposição* por parte dos filósofos pietistas, dos quais Crusius foi o maior representante. De acordo com os filósofos pietistas, o método da filosofia deve ser empírico-intuitivo ao invés de matemático-dedutivo”.

<sup>8</sup> *Refl* 1642, 016: 063.

o método da matemática e, também, como busca de legitimação para o domínio do saber filosófico.

Ora, no seu primeiro trabalho filosófico, a saber, *Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte*, de 1749, que é definido como sendo “[...] única e exclusivamente um tratado acerca d[o] método de pensar”, Kant havia assegurado:

[q]uase me atrevo a dizer que a tirania de equívocos sobre o entendimento humano, que às vezes tem durado séculos inteiros, proveio particularmente da ausência deste método [da filosofia] e de outros que possuem uma relação com ele, e de agora em diante se deve aplicar o mesmo a fim de evitar tal calamidade no futuro<sup>9</sup>.

Nessa obra, Kant propriamente expressara a sua principal dificuldade no estabelecimento do método próprio da filosofia e anunciara um caminho a ser completamente justificado como impossível:

[n]ão posso me prometer conseguir algo decisivo e irrefutável mediante uma consideração que é meramente metafísica. Por isso, [...] me remeto a averiguar se mediante aplicação das matemáticas talvez possa alcançar maior poder de persuasão<sup>10</sup>.

O resultado da obra do final da década de 1740 é contundente: “[...] a matemática não pode nunca brindar uma demonstração a favor das forças vivas”<sup>11</sup>. Não obstante o reconhecido receio acerca da possibilidade de justificação do método próprio da filosofia, é pertinente ter presente, então, que a importância da consideração de Kant, no início da sua carreira filosófica, reside na garantia de que a dificuldade de justificação de tal método não autoriza, de modo algum, a adoção de um método que é peculiar à matemática.

Na *Metaphysicae cum geometria junctae usus in philosophia naturali*, de 1756, consciente das críticas de Crusius à tese wolffiana de que a filosofia deve imitar o método da matemática e, também, consciente de não ter fornecido na *Nova dilucidatio* uma justificação do seu método próprio, Kant havia estabelecido o seguinte

<sup>9</sup> Ambos os trechos em GSK 01: 031.

<sup>10</sup> GSK 01: 030.

<sup>11</sup> GSK 01: 40.

questionamento: “Não parece mais fácil atrelar juntamente cavalos e lobos do que conjugar a filosofia transcendental com a geometria?”<sup>12</sup>.

A fim de tornar explícita essa impossibilidade no curso das dificuldades encontradas na justificação do princípio de razão suficiente, Kant apresenta, em 1763, na *Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral*, a tese de que o método da filosofia é genuinamente analítico<sup>13</sup>. Essa tese da *Investigação* é resumida, dois anos mais tarde, no *Anúncio do programa para as preleções de metafísica do semestre de inverno*, de 1765:

I. *Metafísica*. Eu procurei mostrar num tratado pequeno e brevemente composto [a *Investigação*, de 1763] que esta ciência, não obstante os grandes esforços das escolas, permaneceu imperfeita e incerta porque o método que lhe é peculiar tem sido mal compreendido. O seu método não é *sintético*, como é o da matemática, mas *analítico*. Como consequência, aquilo que é simples e mais universal na matemática é também o que é mais fácil, ao passo que na rainha das ciências é o que é mais difícil. Na matemática, o que é simples e universal deve vir primeiro na natureza das coisas, enquanto que, na metafísica, deve vir

<sup>12</sup> *MonPh* 01: 475.

<sup>13</sup> Nessa obra, a defesa da necessária distinção entre os métodos da matemática e da filosofia é oferecida como resposta à seguinte questão, proposta, dois anos antes, pela Academia Real das Ciências de Berlin: “Perguntamos se as verdades da metafísica em geral e, em particular, os primeiros princípios da teologia natural e da moral são susceptíveis da mesma evidência que as verdades matemáticas e, no caso de não o serem, qual é a natureza da sua certeza, a que grau podem chegar e se esse grau é suficiente para a convicção”. A resposta negativa de Kant receberia o segundo lugar na competição. O vencedor seria Moses Mendelssohn, com uma resposta positiva, no tratado *Über die Evidenz in metaphysischen Wissenschaften*. Sobre esse tratado, vale a declaração de que “[n]enhum outro trabalho fornece sozinho uma apresentação tão perspicaz da epistemologia Leibniz-wolffiana; cada virtude é persuasivamente apresentada, cada falta é inadvertidamente revelada” (BECK, 1996, p. 332).

No referido trabalho, Mendelssohn sustenta que “[p]arte da evidência de uma verdade é, em adição à certeza, perspicuidade. [...] A partir disso, vê-se que a questão lançada pela academia, mesmo no caso quando é afirmada, tem duas divisões separadas: *primeiro*, se as verdades metafísicas podem ser apresentadas de modo tão incontestável quanto as verdades geométricas, e, no caso disso ser afirmado, *segundo*, se as suas provas são capazes do mesmo tipo de perspicuidade das verdades geométricas. [...] Eu me arrisco a dizer que as verdades metafísicas são capazes, sem sombra de dúvida, da mesma certeza, mas não da mesma perspicuidade das verdades geométricas” (MENDELSSOHN, 1997, p. 255). Do ponto de vista da posição de Kant, é pertinente dizer que Mendelssohn não apenas apresenta, senão que propriamente compartilha das faltas da epistemologia wolffiana. Assim sendo, ao garantir que “[e]m todo campo da matemática não pode ser encontrado sequer um único exemplo mediante o qual se pode *inferir de conceitos meramente possíveis a realidade dos seus objetos*”, e, também, que “[...] a filosofia é em geral um ciência da *constituição (qualitatum) das coisas*”, Mendelssohn também ficaria por justificar como as certezas desta última podem ser tomadas como evidentes mediante um método que tem por fundamento que “[a] certeza da matemática é baseada sobre o axioma geral de que nada pode ser e não ser ao mesmo tempo”. Em uma palavra, assim como Wolff, Mendelssohn também deixa em aberto o hiato entre o domínio da mera possibilidade e o domínio da realidade ou da existência. Trechos citados em Mendelssohn (1997, respectivamente pp. 265, 269, 257). Itálicos adicionados.

no final. Em matemática, começa-se a doutrina com as definições; na metafísica, termina-se a doutrina com elas<sup>14</sup>.

Cabe, agora, considerar o contexto da argumentação da *Investigação*, a fim de apresentar os elementos oferecidos por Kant como justificativa da distinção do método analítico da filosofia em relação ao método sintético da matemática. Nessa obra, Kant toma, como principal elemento a favor da defesa de que o método da filosofia é analítico e o método da matemática é sintético, a consideração de que, ao passo que nesta sempre se inicia com as definições, na filosofia as definições, se ainda dadas, viriam sempre por último<sup>15</sup>.

Na matemática, definições são sempre dadas antes da própria doutrina, sendo que mediante *síntese* chega-se facilmente a conceitos simples e mais fáceis. Na filosofia, por outro lado, parte-se sempre de conceitos obscuros, de modo que chegar a conceitos simples e mais universais é sempre mais difícil e compreende o resultado do processo de *análise* das marcas características dos conceitos inicialmente dados como obscuros. Uma definição em filosofia apenas poderia ser dada posteriormente ao processo de análise, sendo que, para que ela seja oferecida, requer-se a distinção do conceito em relação a todas as suas marcas características. Nas palavras de Kant:

[p]odemos chegar a qualquer conceito geral por meio de duas vias diferentes: por ligação arbitrária dos conceitos e por abstração a partir de um conhecimento que a análise tornou distinto. As matemáticas apenas constituem definições de acordo com o primeiro método. [...] O conceito que explico não é dado antes da definição, mas provém dela, antes de mais. [...] Aqui, como nos outros casos, a definição resulta, claramente, da *síntese*.

<sup>14</sup> NEV 02: 308.

<sup>15</sup> A “primeira consideração” do ensaio de Kant, que tem por objetivo a “comparação geral entre os modos de alcançar certeza no conhecimento matemático e no conhecimento filosófico” (UD 02: 276), toma quatro elementos de diferença entre esses dois conhecimentos:

i. § 1 - *quanto ao modo de chegar a definições*: a matemática chega às suas definições de modo sintético, a filosofia somente poderia chegar a uma definição de modo analítico;

ii. § 2 - *quanto ao modo de investigação*: a matemática investiga o universal sob signos *in concreto*, a filosofia investiga o universal sob signos *in abstracto*;

iii. § 3 - *quanto à resolução de conceitos e à demonstração de proposições*: na matemática há poucos conceitos não analisáveis e proposições indemonstráveis, na filosofia há inúmeros conceitos não analisáveis e muitas proposições indemonstráveis;

iv. § 4 - *quanto ao objeto de investigação*: o objeto da matemática é fácil e simples, o objeto da filosofia é difícil e complexo.

Uma consideração do método da matemática na *Investigação*, estruturada de acordo com estes quatro pontos, é encontrada na seção “The method of mathematics in the Prize Essay”, em Carson (1999, pp. 632-644).



As definições da filosofia ocorrem de uma maneira completamente diferente. O que aqui é previamente dado é o conceito de uma coisa, mas de uma maneira confusa ou insuficientemente determinada. É preciso analisar, comparar em todos os casos, os caracteres abstratos com o conceito dado e tornar esta ideia abstrata determinada, em todas as partes. [...] Devo considerar esta ideia sob todos os tipos de relação para, mediante a *análise*, descobrir todas as suas características<sup>16</sup>.

A “determinação completa” ou distinção integral dos conceitos, no caso da matemática, deve-se, segundo Kant, à especificidade desses conceitos. Ou seja, os conceitos da matemática são sempre dados pronta e originariamente com a definição. Isso significa que eles são sempre garantidos como conceitos completamente distintos pela síntese ou ligação das marcas características que compreendem a definição<sup>17</sup>. Segundo Kant, “[...] deve ser admitido que os matemáticos oferecem às vezes definições analíticas. Mas, também deve ser dito que isso constitui sempre um erro”<sup>18</sup>. E é aqui que se encontra uma crítica explícita a Wolff, que não apenas teria considerado a filosofia segundo o método matemático, mas também, na matemática, “[...] viu a semelhança em geometria com os olhos do filósofo, a fim de compreender, no conceito geral de semelhança, os casos particulares que se apresentam em geometria”<sup>19</sup>. O proceder analítico é, segundo Kant, sempre dispensável na matemática, uma vez que, no caso da semelhança, por exemplo, não há nenhuma necessidade de que ela seja considerada de outro modo que não uma semelhança entre figuras geométricas. Ou seja, “[p]ara o geômetra, a definição geral de semelhança não tem absolutamente nenhuma importância”<sup>20</sup>.

Em filosofia, por outro lado, a distinção dos conceitos é empreendida de um modo bem diferente. Kant argumenta que isso se deve ao fato fundamental de que o filósofo sempre tem, já antes da referida distinção dos conceitos e das suas possíveis definições, conceitos obscuros ou confusos que lhe são dados. Ou seja, em filosofia se parte sempre de conceitos como

<sup>16</sup> UD 02: 276. Itálicos adicionados.

<sup>17</sup> Sobre a especificidade da teoria kantiana na *Investigação* acerca das “definições matemáticas em geral”, bem como a sua especificação em “definições geométricas” e “definições aritméticas”, vale conferir Rechter (2000, pp. 30-36).

<sup>18</sup> UD 02: 277. Tradução própria.

<sup>19</sup> UD 02: 277.

<sup>20</sup> UD 02: 277.

[...] a possibilidade e a existência em geral, a contingência, etc., conceitos puros que exigem uma grande abstração e uma grande atenção, sobretudo quando os seus sinais sofrem, na prática, um grande número de imperceptíveis alterações, cuja diferença não deve escapar à atenção<sup>21</sup>.

A distinção das marcas características de tais conceitos e também a sua apresentação de um modo determinado compreendem a tarefa específica da filosofia. Essa tarefa só pode ser empreendida, segundo a posição de Kant na década de 1760, mediante um método analítico. Ou seja, ao passo que “[...] a tarefa das matemáticas consistem em reunir e comparar conceitos dados de grandezas claras e certas a fim de ver o que daí pode resultar”, “[c]ompete à filosofia analisar os conceitos que são dados de um modo confuso e torná-los determinados em todas as suas partes”<sup>22</sup>. E aqui Kant também apresenta uma crítica aos que defendem que, em filosofia, deve-se proceder sinteticamente como na matemática. Segundo Kant,

[...] aqueles que praticam filosofia deste modo felicitam-se mutuamente por terem aprendido dos geômetras o segredo do pensamento completo. O que eles não consideram, em tudo isso, é que os geômetras adquirem os seus conceitos por *síntese*, enquanto que os filósofos apenas podem adquirir os seus conceitos mediante *análise* – o que altera completamente o método de pensamento<sup>23</sup>.

Kant garante que todas as definições criadas de um modo sintético em filosofia “[...] não passam de definições gramaticais, pois de modo algum compete à filosofia decidir o nome que devo dar a um conceito arbitrário”<sup>24</sup>. O exemplo tomado em consideração é o de “mônada sonolenta”, de Leibniz, que define uma substância da qual se tem apenas representações obscuras. Segundo Kant, esse conceito leibniziano não se constitui como uma definição filosófica, mas apenas como uma definição gramatical criada por Leibniz<sup>25</sup>.

Ora, essa concepção da filosofia na *Investigação* de 1763, enquanto dotada de um método analítico, tem precisamente a intenção de negar que a filosofia pode ser

---

<sup>21</sup> UD 02: 289.

<sup>22</sup> UD 02: 278.

<sup>23</sup> UD 02: 289. Tradução própria.

<sup>24</sup> UD 02: 277.

<sup>25</sup> UD 02: 277.

construída como uma teoria axiomática seguindo os passos da geometria euclidiana<sup>26</sup>. Como consequência, Kant concebe a filosofia, a partir dessa tese da *Investigação*, num sentido muito modesto em relação à matemática:

[e]m filosofia, e particularmente em metafísica, podemos ter, muitas vezes, inúmeros conhecimentos distintos e certos acerca de um objeto, podemos mesmo estabelecer acerca disso consequências seguras antes de possuímos a sua definição e, mesmo, quando não temos nenhuma intenção de apresentá-la. Vários predicados da mesma coisa podem surgir-me como imediatamente certos, embora ainda não conheça o suficiente para dar o *conceito da coisa* determinado em todas as suas partes, ou seja, a sua definição [...]. A partir de tais observações, que comparamos devidamente, poderemos talvez, no fim, chegar à definição [...]. Mas, uma vez que, sem essa definição, foi possível concluir alguns caracteres imediatamente certos, é inútil arriscarmos num empreendimento tão delicado. Em matemática, como se sabe, tudo se passa de maneira completamente diferente<sup>27</sup>.

Ao passo que, em 1755, na *Nova dilucidatio* Kant havia argumentado a favor da determinação completa do predicado pela noção do sujeito<sup>28</sup>; agora, oito anos mais tarde, no contexto da *Investigação*, ele apresenta a filosofia como dotada de uma metodologia que reconsidera a possibilidade de tal determinação. Ou seja, desde que encarregada essencialmente de analisar conceitos já “dados” previamente de um modo confuso, a filosofia não apenas não estabelece necessariamente uma análise completa das marcas características de tais conceitos, senão que também, em muitos casos, pode, e mesmo deve, dispensar-se deste estabelecimento. Desse modo, em comparação à matemática, “[...] a filosofia, e particularmente a metafísica, são em boa medida muito mais incertas em suas definições, se elas deveriam ainda se aventurar a oferecer alguma”<sup>29</sup>.

Se a referida concepção “modesta” é a única que pode ser garantida mediante um método analítico, Kant também assegura, na *Investigação*, que esse é “[o] único

<sup>26</sup> Cf. KLOTZ, Hans Christian. Análise na metodologia kantiana da filosofia. In: SEMINÁRIO SOBRE O CONCEITO DE “ANÁLISE” EM FILOSOFIA, 2005, Santa Maria. *Conferência...* Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2005, p. 01.

<sup>27</sup> UD 02: 284. Tradução modificada.

<sup>28</sup> PND 01: 394: “[t]odas as proposições verdadeiras estabelecem que um sujeito é determinado em relação a um predicado, ou seja, que este predicado é afirmado e que os seus opostos são excluídos”. Para um comentário do argumento no qual essa premissa está inserida, ver Perin (2015, pp. 525-526).

<sup>29</sup> UD 02: 291. Tradução própria.

método para chegar à maior certeza possível em metafísica”<sup>30</sup>. A garantia dessa certeza depende, segundo Kant, basicamente de duas regras que governam o método a ser adotado em filosofia.

A partir da apresentação dessas regras será possível, no que segue, considerar o sentido em que devem ser compreendidas as afirmações de Kant em dois pontos do texto da *Investigação*: (i.) que o método concebido como método próprio da filosofia é basicamente o mesmo adotado por Newton, e; (ii.) que tal método é dotado de “conteúdo” semelhante ao método proposto por Crusius.

No proceder da filosofia mediante um método analítico, diz Kant, “[a] primeira e principal regra é a de que nunca se deve começar pela definição, a não ser que se esteja procurando uma definição nominal”<sup>31</sup>. Essa regra já é conhecida a partir da própria distinção dada por Kant do método da filosofia como um método analítico em contrapartida ao método da matemática que é sintético. Porém, o que talvez não fique tão evidente é a legitimidade desta regra, e mesmo da própria distinção dos métodos da filosofia e da matemática, frente ao seguinte comentário de Kant:

[o] verdadeiro método da metafísica é, no fundo, idêntico ao que Newton introduziu na física e que tão úteis consequências teve nesta ciência. Devemos, afirma-se aí, investigar por meio de experiências seguras e com a ajuda da geometria, as regras a partir das quais se produzem certos fenômenos da natureza<sup>32</sup>.

Um possível impasse entre a distinção dos métodos da filosofia e da matemática e a comparação do método da metafísica com o método introduzido por Newton na física e que conta com a ajuda da geometria pode, todavia, ser evitado desde que considerado que Kant pensa a comparação em questão apenas no contexto da “regra” mencionada acima.

<sup>30</sup> UD 02: 283. O trecho citado compreende o título da “Segunda Reflexão”. Kant usa os termos “filosofia” e “metafísica” indiscriminadamente na *Investigação*. Ele justifica isso em UD 02: 283: “A metafísica não é mais do que uma filosofia que se debruça sobre os primeiros fundamentos do nosso conhecimento; o que expusemos, na consideração anterior, acerca do conhecimento matemático em comparação com a filosofia vale igualmente para a relação com metafísica”.

<sup>31</sup> UD 02: 285.

<sup>32</sup> UD 02: 286. Sobre a identificação do método analítico da filosofia com o método da física newtoniana vale conferir o capítulo “Kants analytische Methode”, em Falkenburg (2000, pp. 61-96). Essa autora nota, corretamente, que a identificação, na *Investigação*, do “[...] método adequado da metafísica com o modo ‘analítico’ de proceder da ciência natural newtoniana [...] não é encontrada nos escritos de 1755/56” (FALKENBURG, 2000, pp. 61-62).

Isso quer dizer que – longe de implicar a “ajuda da geometria” para o proceder analítico da filosofia – o que Kant está querendo enfatizar, no trecho acima, é que, do mesmo modo que na física de Newton são estabelecidas leis universais sem pressupor um conhecimento da essência das coisas; em filosofia, sem ainda possuir definições, pode-se chegar à distinção e à certeza de determinados conceitos e, assim, estabelecer proposições<sup>33</sup>.

Kant concebe outra regra que determina a maior certeza possível dos conhecimentos na filosofia mediante o método analítico. Esta “[...] *segunda regra* consiste em assinalar os juízos imediatos sobre o objeto de uma maneira clara, tendo em conta aquilo que encontramos inicialmente com certeza em tal objeto”<sup>34</sup>. É nesta segunda regra que pode ser localizada, no texto da *Investigação*, a consideração da crítica de Crusius de que em filosofia não há um método capaz de legitimar um princípio que, não obstante válido no domínio lógico, possa ser garantido como válido no domínio ontológico<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Cf. KLOTZ, Hans Christian. Análise na metodologia kantiana da filosofia. In: SEMINÁRIO SOBRE O CONCEITO DE “ANÁLISE” EM FILOSOFIA, 2005, Santa Maria. *Conferência...* Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2005, p. 03. Kant especifica este ponto no *Versuch den Begriff der negativen Größen in die Weltweisheit einzuführen*. Nesse *Ensaio*, Kant afirma que “[o] uso pelo qual a matemática pode ser empregada na filosofia consiste ou na imitação do seu método ou na genuína aplicação das suas proposições aos objetos da filosofia. Até agora não se tem notado em que a primeira tem sido de algum proveito [*von einigem Nutzen*], não obstante a grande vantagem que se pretendia tirar dela. Além disso, os títulos honoríficos com os quais, por inveja da geometria, os filósofos foram induzidos a decorar as proposições da filosofia, pouco a pouco caíram por terra. Modestamente se viu não ser adequado agir de modo obstinado [*trotzig zu thun*] em circunstâncias medíocres e que o inoportuno *non liquet* não era susceptível de toda essa pompa”. Por sua vez, a aplicação das suas proposições aos objetos da filosofia tem sido de grande benefício para a física, sendo que a metafísica, “[...] antes de tornar certos os conceitos e doutrinas da matemática para sua própria vantagem, tem, ao contrário, frequentemente se armado contra eles. E, onde ela talvez pudesse ser vista como adquirindo uma fundamentação sobre a qual estabeleceria as suas reflexões, ela deve ser considerada como tentando tornar os conceitos da matemática em meras ficções, que têm pouca verdade para ela fora do campo da matemática” (NG 02: 167). Tradução modificada. Na tradução inglesa, da *Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant*, David Walford argumenta, em nota de rodapé, que, na frase “*Man sieht nicht, daß der erstere bis daher von einigem Nutzen gewesen sei, so großen Vortheil man sich auch anfänglich davon versprach*”, “Kant está empregando a palavra *einiger* no sentido agora arcaico de ‘um único’, ‘apenas um’; o sentido moderno [i.e., algum] acarretaria, no presente caso, uma incoerência”. A tradução de Walford da frase citada é a seguinte: “*With respect to the first of these two uses: it has not been notice that it has had only one benefit, in spite of the great advantage expected of it to start with*”. Ora, é visto que o sentido arcaico da palavra *einiger* é que leva a uma incoerência no presente caso. Isso essencialmente devido ao motivo de que Kant estaria, então, afirmando que a imitação do método da matemática teria – mesmo que um único – proveito positivo para a filosofia. Desde o seu primeiro trabalho filosófico, de 1749, Kant se coloca contra tal posição. Do mesmo modo, agora, em 1763, no *Ensaio*, não seria encontrada qualquer referência acerca do que seria esse “um único proveito” da imitação do método da matemática em filosofia.

<sup>34</sup> UD 02: 286.

<sup>35</sup> A crítica de Crusius é lida no seu *Weg zur Gewißheit und Zuverlässigkeit der menschlichen Erkenntnis*: “[a] questão não é se, mediante a pressuposição de conceitos nós somos obrigados pelo princípio de

Kant explica essa segunda regra do seguinte modo:

[p]esquise, mediante uma segura experiência interior, isto é, mediante uma consciência imediata e evidente, as características que, sem nenhuma dúvida, se encontram no conceito de qualquer propriedade geral. E mesmo que você não tenha acesso à realidade integral da coisa, você pode ainda seguramente empregar aquelas marcas características para inferir muito acerca da coisa em questão<sup>36</sup>.

A posição de Kant parece ser agora de abordar também de um modo “modesto” a relação entre “as características que encontram no conceito de qualquer propriedade geral” e o próprio objeto ou “coisa” que deve ser referido mediante as mesmas características. Segundo a tese da *Investigação* de que o método da filosofia é analítico parece, contudo, ser difícil compreender como se teria certeza de que algo de fato teria sido inferido acerca do objeto pelas características de um conceito que foram esclarecidas mediante análise. Ou, ainda, na linguagem da própria enunciação da segunda regra: como saber que o que é assinalado de forma clara num juízo é o mesmo que é encontrado com certeza no objeto?

Na parte final da Terceira Consideração, Kant sustenta explicitamente que o “[...] autêntico conteúdo do método de Crusius [...] não está tão afastado” do conteúdo do método da filosofia proposto no tratado<sup>37</sup>. Esse “conteúdo” é especificado como a recusa da admissibilidade do princípio de contradição enquanto princípio supremo e universal de todo conhecimento – o que já se sabia da *Nova dilucidatio* – e também como a garantia – segundo a concepção da *Investigação* de que em filosofia nunca se parte de definições e dificilmente se chega a elas – da necessidade de se admitir muitas proposições indemonstráveis<sup>38</sup>.

Mas, que o *conteúdo do método* seja o mesmo não significa que o *próprio método* seja o mesmo. Kant argumenta que a crítica de Crusius se configura como uma crítica ao fato das escolas terem ignorado os princípios materiais do conhecimento em

---

contradição a negar o oposto; isso é bem conhecido. A questão [seminal] é: se a lei de contradição foi, ou mesmo poderia ter sido, a razão suficiente para a instituição [Einrichtung] dos próprios conceitos” (CRUSIUS, 1747, § 260; *apud* BECK, 1978, p. 93).

<sup>36</sup> UD 02: 286.

<sup>37</sup> UD 02: 294.

<sup>38</sup> Sobre este ponto Kant afirma que “[...] em vez das definições, diversas proposições indemonstráveis têm, na metafísica, de fornecer os primeiros dados” (UD 02: 295).

face dos princípios meramente formais. Nos dois aspectos mencionados acima, Kant compartilha da crítica de Crusius. Contudo, ele também garante que

[...] não é possível conceder a algumas proposições o *status* de princípios materiais supremos a não ser que elas sejam inequívocas [*augenscheinlich*] para todo entendimento humano. É minha convicção, porém, que um número dos princípios considerados por Crusius são susceptíveis de dúvida e, mesmo, de sérias dúvidas<sup>39</sup>.

A aceitação da crítica de Crusius no que concerne à impossibilidade de uma derivação dos princípios últimos do conhecimento dos objetos apenas do domínio lógico ou formal, mas, ao mesmo tempo, a recusa a admitir que o mesmo conhecimento fosse fundamento em princípios materiais ilegítimos parece indicar precisamente a resistência de Kant, também na *Investigação*, por tomar partido na disputa empreendida entre Wolff e Crusius na justificação do método da filosofia<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> UD 02: 295. Tradução modificada. Kant especifica sua crítica a Crusius neste trecho: “[n]o que concerne à regra suprema de toda certeza, regra que segundo esse homem célebre precede todo o conhecimento e, portanto, também o conhecimento metafísico, ‘o que não posso pensar senão como verdadeiro é verdadeiro’, etc., é fácil compreender que essa proposição jamais pode ser o fundamento da verdade de qualquer conhecimento. Pois, ao se admitir que não se possa fornecer outro fundamento senão por se impossível tomá-lo de outro modo que por verdadeiro, então se dá a entender que nenhum fundamento ulterior da verdade possa ser fornecido e que o conhecimento seja indemonstrável. Ora, há de fato muitos conhecimentos indemonstráveis, só que o sentimento de convicção [*Gefühl der Überzeugung*] em vista deles é uma confissão [*Geständniß*], mas não um argumento [*Beweisgrund*] para que sejam verdadeiros” (UD 02: 296). Tradução modificada.

<sup>40</sup> Kant toma em consideração o problema da relação da parte formal e material do conhecimento também no ensaio *Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes*, de 1763. Kant defende, aqui, contra a concepção tanto de Wolff como de Crusius acerca do conceito de existência, a tese de que “*Existência não é um predicado ou uma determinação de uma coisa*” (BDG 02: 72). Kant sustenta, basicamente, que, quando “existência” ocorre como predicado num discurso normal, esta não é um predicado da coisa em si mesma, mas sim do pensamento que se tem dela. Isso porque o conceito de sujeito apenas contém predicados de possibilidade. Kant argumenta que “[a] definição de existência de Wolff, de que ela é um complemento da possibilidade, é obviamente muito indeterminada. Se alguém não conhece já previamente o que pode ser pensado sobre possibilidade numa coisa, não vai compreendê-la a partir da definição de Wolff” (BDG 02: 76). Por sua vez, “[...] Crusius considera o *algum lugar* e o *em algum tempo* como pertencendo à indiscutível determinação da existência”. Esta concepção também esta fadada ao fracasso, ao ver de Kant, porque os “[...] predicados [*algum lugar* e *em algum tempo*] ainda pertencem apenas às coisas possíveis”, e não às coisas existentes (BDG 02: 76). Segundo Kant, “[...] a diferença entre uma coisa real e uma coisa meramente possível nunca reside na conexão daquela coisa com todos os predicados que podem ser pensados nela” (BDG 02: 76). Sobre o equívoco das posições de Wolff e Crusius também vale conferir o ensaio *Träume eines Geistersehers erläutert durch Träume der Metaphysik*, de 1766. Kant afirma neste texto que “[...] quando consideramos os *construtores de castelos no ar* nos seus muitos mundos imagináveis, cada um habitando calmamente o seu com vistas à exclusão dos demais, – como aquele que habita, por exemplo, a ordem das coisas tal qual construída por Wolff a partir do pouco material da experiência e de uma grande quantidade de conceitos sub-reptícios; ou aquele que habita o mundo produzido por Crusius a partir do nada pela força mágica de algumas fórmulas do *pensável* e do *impensável* –, deveremos ter paciência com a contradição de suas visões, até que estes senhores tenham acabado de sonhar” (TG 02: 342).

Cabe dizer que a posição modesta da *Investigação* – de que, à tarefa da filosofia, compete apenas analisar conceitos obscuros – obviamente não resolve o hiato inerente à formulação da segunda regra, no que concerne à relação do que é “assinalado de forma clara num juízo” e o que é “encontrado com certeza num objeto”. Mas, também deve ser considerado que essa posição tem diante de si tanto a imprescindível impossibilidade de se realizar uma derivação imediata da “parte material” do conhecimento a partir da parte formal e, ainda, a não menos imprescindível necessidade de se admitir que a mesma “parte material” não pode ser justificada por si mesma como o único fundamento do conhecimento.

Ora, Kant havia iniciado a *Investigação* com a hipótese de que

[s]e estabelecêssemos o método que permite atingir a maior certeza possível nessa espécie de conhecimento [i.e., na filosofia], e se nos apercebêssemos exatamente da natureza dessa convicção, teríamos então, em vez da eterna instabilidade de opiniões e de seitas escolásticas, uma regra imutável de método de ensino, capaz de unir mentes que refletem nos mesmos esforços<sup>41</sup>.

Que, mediante o método analítico, a filosofia não poderia ter alcançado tal proeza é particularmente indicado pelas dificuldades que Kant, já no final da década de 1760 e em toda a década de 1770<sup>42</sup>, enfrentaria ao retomar a tese da *Investigação* e empreender uma meticulosa busca de justificação de um método para a filosofia que fosse tanto distinto do método da matemática – tese que Kant adota já no início da sua carreira filosófica – quanto capaz de explicar a natureza própria dos seus conhecimentos.

### **3. A síntese entre o que é dado à sensibilidade e a sua necessária determinação discursivo-conceitual e a definição do método próprio da filosofia**

<sup>41</sup> UD 02: 295. No *Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen in dem Winterhalbenjahre von 1765-1766*, Kant afirma, a esse respeito, que, ao passo que em todas as ciências há um consenso acerca do método a ser adotado, em filosofia, “um conhecimento especializado no qual se exemplificam tantos mestres”, observa-se apenas a instabilidade de opiniões. E “[a] causa disso está em que n[as] ciências há uma medida comum, ao passo que em filosofia cada qual possui a sua própria” (NEV 02: 308).

<sup>42</sup> Vale salientar que na *Logik Blomberg*, datada do início da década de 1770, Kant apresenta a certeza e a distinção dos conceitos e proposições fundamentais da filosofia ainda mediante um método analítico. Isso não implica, contudo, a impossibilidade de que, já neste período, Kant estivesse percebendo as dificuldades da admissibilidade do método da filosofia como um método essencialmente analítico. Sobre a consideração do método da filosofia como um método analítico veja-se *V-Lo/Blomberg* 24: 130/131 e 24: 153.



No texto dos *Progressos da metafísica*, lê-se o seguinte trecho, no qual Kant pontua, de modo seminal, a diferença entre a filosofia e a matemática:

[n]a matemática, com efeito, a razão consegue conhecer *a priori* a constituição das coisas, bem mais do que toda expectativa dos filósofos; porque não havia de caber à filosofia o mesmo êxito? A matemática evolui no terreno do sensível em que a própria razão pode construir os seus conceitos, isto é, apresentá-los *a priori* na intuição e assim conhecer *a priori* os objetos; a filosofia, pelo contrário, empreende uma extensão do conhecimento por meio de meros conceitos, onde os objetos não podem, como no primeiro caso, ser colocados diante de nós, mas estes, como que diante de nós, pairam no ar; aos metafísicos não ocorreu, em vista da possibilidade do conhecimento *a priori*, fazer desta enorme diferença uma tarefa [*Aufgabe*] importante<sup>43</sup>.

O “construir dos conceitos” e o proceder “por meio de meros conceitos”, que, respectivamente, justificam o modo diferente de conhecer da matemática e da filosofia, têm por fundamento a consideração heterogênea das faculdades do entendimento e da sensibilidade. Ao passo que, no domínio da faculdade da sensibilidade, cabe à matemática apresentar *a priori* os conceitos, no domínio da faculdade do entendimento, demanda-se da filosofia uma justificação dos conceitos sem o recurso à determinação sensível na intuição. Para a matemática a proeza de que os objetos são “colocados diante de nós” na intuição e, então, conhecidos facilmente *a priori*. Na ventura da filosofia, por vez, a situação inextricável de que os objetos “como que diante de nós pairam no ar”.

Como especificado em um trecho do *Opus postumum*:

[h]á certamente tão poucos princípios matemáticos elementares da ciência natural como filosóficos da matemática. Ambas estão separadas por um abismo intransponível; e, não obstante ambas as ciências procederem a partir de princípios *a priori*, a diferença é que a primeira o faz por *intuições*, a segunda por *conceitos a priori* – E essa diferença é tão grande que é como se, na passagem de uma a outra, a própria razão (pois isso é o que compreende [todo] o conhecimento *a priori*) seria disposta em mundos completamente diferentes. Além disso, é tão improdutivo e absurdo querer filosofar no campo dos objetos da matemática quanto pretender fazer progressos no campo da filosofia utilizando-se a matemática, seja no que diz respeito ao *fin*,

---

<sup>43</sup> FM 20: 262. Tradução própria.

seja no que diz respeito ao *talento* requerido para ambas as atividades<sup>44</sup>.

O que significa dizer que a razão, ao se deparar com a totalidade do conhecimento *a priori* na filosofia e na matemática, dissente-se diante de “um abismo intransponível” ou “em mundos completamente diferentes”? Por que, de um lado do abismo, os objetos são “colocados diante de nós” e, de outro, “diante de nós pairam no ar”? Que ventura possui, então, a filosofia ao necessariamente proceder, na sua fundamentação, “por meio de meros conceitos” ou com objetos que, por não contar com a determinação da intuição, “como que diante de nós pairam no ar”?

Ora, a “tarefa importante”, na qual Kant insere a consideração da “enorme diferença” do conhecimento *a priori* na matemática e na filosofia, enquanto separadas por um “abismo intransponível” ou situadas em “mundos completamente diferentes”, deve ser compreendida a partir da diferença, apresentada na seção anterior, entre a admissibilidade da realidade do conhecimento *a priori* na matemática e na ciência da natureza e a justificação do conhecimento *a priori* em geral na filosofia. Também em um trecho do *Opus postumum*, Kant aborda a referida “tarefa”, tecendo um comentário filológico-sistemático ao *opus magnum* de Newton:

Newton, em sua obra imortal, intitulada *philosophiae naturalis principia mathematica*, deve necessariamente ter tido em mente uma outra ciência da natureza como sua contraparte. Esta, no entanto, não poderia intitular-se *philosophiae naturalis principia philosophica*, pois assim teria incorrido em uma tautologia. Para ele, era necessário proceder de um conceito mais elevado da ciência da natureza, e precisamente daquele da *scientiae naturalis*, que, então, pode ser ou *mathematica* ou *philosophica*. Todavia, caiu aqui de novo em outro rochedo [*Klippe*], a saber, em contradição consigo mesmo<sup>45</sup>.

Ora, os *Principia* de Newton, justamente por carecerem da justificação da “enorme diferença” entre o conhecimento filosófico e o conhecimento matemático, apontam para a tautologia de se justificar a física a partir da filosofia e culminam na contradição da sua justificação a partir da matemática. Ambos os males se devem a que nenhuma justificação é possível a partir do domínio do que deve ser justificado. Ou seja, o motivo do “nó górdio” nas mãos de Newton: ele teria concebido erradamente a

<sup>44</sup> OP 22: 543-544. Tradução própria.

<sup>45</sup> OP 22: 543. Tradução própria.

filosofia no mesmo domínio da ciência da natureza e, também, creditado erradamente à matemática um domínio de “conceito mais elevado”.

Ora, na sua consideração crítica de um proceder metodológico analítico em filosofia – a qual é empreendida no texto dos *Prolegômenos* – Kant garante (i.) a possibilidade de se admitir a realidade do conhecimento sintético *a priori* na física e na matemática e, também, (ii.) a necessidade de que essa admissibilidade regrida à justificação do conhecimento sintético *a priori* em geral, que deve ser dada pela filosofia mediante um método sintético. Como resultado, considera-se que (i.) não é empreendido nenhum movimento sintético entre a admissibilidade da natureza do conhecimento na física e na matemática e a justificação do conhecimento em geral na filosofia e, destarte, que (ii.) a possibilidade do conhecimento em geral como puro e *a priori* na filosofia não é ainda garantida. Fica, assim, determinada a “tarefa importante” na definição do método próprio da filosofia, a saber, a necessidade de se conceber a matemática e a filosofia em dois domínios distintos de conhecimento.

No entanto, com isso, ainda não se sabe o porquê dessa necessidade e nem se define o que é específico de cada um dos domínios. Ademais, ao se atentar para o fato de que Kant assegura que a matemática possui um conhecimento certo, i.e., seus objetos podem facilmente ser determinados no domínio da intuição sensível; enquanto que, a filosofia, no seu proceder, como que “paira no ar”, sem poder determinar seus objetos de tal maneira, pareceria ser, agora, no mínimo embaraçoso admitir que a possibilidade do conhecimento da primeira regrida à justificação do conhecimento em geral que deve ser dada pela última<sup>46</sup>. Ainda mais, por fim, essa regressão pareceria colocar por terra a necessidade da distinção do modo de proceder de ambas.

Dissuadir a fatuidade destes pontos melindrosos compete à consideração de como Kant pensa a separação e a determinação da especificidade dos domínios da matemática e da filosofia de forma a decididamente confirmar a necessidade de que a

---

<sup>46</sup> Sobre tal admissibilidade, especificamente no que tange à matemática, vale considerar estes trechos:

i. “Agora dizemos que a metafísica é a ciência dos princípios *a priori* do conhecimento humano (*est scientia principiorum cognitionis humanae a priori*). Será que a matemática, não obstante também conhecimento puro (*cognitio pura*), não pertence à metafísica? Não [pertence], mas claramente [pertencem] os princípios da possibilidade da matemática – desde que ela contém os princípios da possibilidade de todo conhecimento *a priori*” (*V-Met/Mron* 29: 749-750).

ii. “A metafísica é a ciência da possibilidade dos princípios de todo conhecimento *a priori* e de todo conhecimento que se deriva desses princípios. A matemática contém tais *principia*, mas não é a ciência da possibilidade desses princípios” (*Refl* 5674, 18: 325).

primeira, não obstante sua autonomia, regrida à necessidade da justificação do conhecimento em geral na segunda.

Como antes ponderado, a autossuficiência do modo de conhecer na matemática e na filosofia é uma certeza já presente na década de 1740, na primeira obra filosófica de Kant, e, também, a tese seminal da *Investigação* de 1763. Nesses textos, contudo, Kant não conseguiu explicar peremptoriamente o porquê dessa necessidade e, então, garantir a especificidade de cada um dos modos de conhecimento porque era ausente a sua consideração no contexto das faculdades do entendimento e da sensibilidade.

A tese da *Investigação* de que a filosofia, em contrapartida à matemática, deve seguir um método essencialmente analítico tem sua razão nessa ausência. Em uma palavra, Kant sustentaria que a matemática e a filosofia são modos diferentes de conhecer, mas não explicaria a especificidade dos seus domínios próprios, de modo a garantir que, não obstante essa diferença, a matemática regride à necessidade de uma justificação do conhecimento em geral na filosofia. Essa garantia é o aporte da argumentação crítica, que coloca a filosofia como dotada de um método sintético.

Na *Investigação*, Kant havia colocado a diferença entre o modo de conhecer na matemática e na filosofia nos seguintes termos:

É ofício da filosofia desmembrar conceitos que são dados de maneira confusa, torná-los minuciosos e determinados; é ofício da matemática, porém, conectar e comparar conceitos dados de grandezas, que são claros e seguros, para ver o que daí se pode inferir<sup>47</sup>.

Do olhar da argumentação crítica, dado a partir da consideração das faculdades do entendimento e da sensibilidade, o “ofício” da filosofia, desde que essencialmente restrito apenas ao ato de “desmembrar conceitos que são dados de maneira confusa”, resultaria insuficiente e, face à natureza distinta de categorias e intuições, até desnecessário.

Na *Investigação* Kant ainda especificava a fundamentação do método da filosofia nos seguintes termos:

[n]a filosofia, em que me é dado o conceito da coisa que devo definir, aquilo que imediata e primeiramente é percebido nele tem que servir

---

<sup>47</sup> UD 02: 278.

para um juízo fundamental indemonstrável. Pois, uma vez que ainda não tenho todo o conceito distinto da coisa, mas antes de tudo o procuro, então o juízo fundamental não pode ser demonstrado a partir desse conceito; ao contrário, ele serve para produzir esse conhecimento distinto e, com isso, a definição<sup>48</sup>.

Aqui também, em atenção aos pormenores da argumentação crítica, cabe dizer que, tomar a fundamentação do conhecimento filosófico a partir de um “juízo fundamental e indemonstrável”, equivaleria a dizer que o seu método seria restrito à argumentação que retrocede à necessidade de um princípio de justificação. De fato, neste ponto, as argumentações da *Investigação* e dos *Prolegômenos* poderiam ser equivalidas sob a âncora do método analítico. Contudo, é confesso que a filosofia no período crítico não pode partir de um “juízo fundamental indemonstrável” e, sim, carece da demonstração, dada mediante o método sintético, de que as faculdades do entendimento e da sensibilidade cooperam na fundamentação do conhecimento.

O prelúdio desse empreendimento é dado na apresentação crítica da diferença dos modos de proceder da filosofia e da matemática. Kant sistematiza esta “tarefa importante”, nos seguintes termos:

[o] grande sucesso que a razão obtém por intermédio da matemática traz à baila, de um modo bastante natural, a suposição de que o mesmo sucesso também seria obtido fora do campo das quantidades, senão por ela mesma ao menos por seu método, na medida em que a razão neste uso matemático refere todos os seus conceitos a intuições que pode fornecer *a priori*, procedimento mediante o qual se torna por assim dizer mestre sobre a natureza; a filosofia pura, ao contrário, labuta desordenadamente com conceitos discursivos *a priori* em torno da natureza, sem poder tornar intuitiva *a priori* e, exatamente devido a isso, atesta a realidade da mesma<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> UD 02: 282.

<sup>49</sup> KrV A 724/B753-A725/B754. Veja-se, também, KrV A 712/B740-A713/B741: “A matemática fornece o exemplo mais brilhante de uma razão pura bem sucedida que se estende espontaneamente sem o auxílio da experiência. Os exemplos são contagiosos, principalmente quando se refere à mesma faculdade que, lisonjeada, espera ter em outros casos a mesma sorte com a qual foi brindada num dos mesmos. Devido a isso, a razão pura tem a esperança de poder estender-se em seu uso transcendental de um modo igualmente feliz e radical ao que conseguiu em seu uso matemático, especialmente desde o momento em que, no primeiro caso, empregue um método idêntico ao que, no último caso, lhe foi de tão obvia utilidade. Importa-nos muito saber, portanto, se o método para atingir uma certeza apodítica, e que na última ciência acima denomina-se matemático, é idêntico àquele com o qual se procura exatamente a mesma certeza na filosofia”. Digna de nota, neste último trecho, é a apresentação do problema a partir da situação de uma “mesma faculdade” da razão que, em vista do “bem suceder” ou da “boa sorte” de seus distintos usos – transcendental e matemático – não poderia contar com um “método idêntico”.

Nesse trecho, Kant toca nas três questões levantadas acima. A razão, nos seus usos matemático e filosófico, (i.) se vê diante de “mundos completamente diferentes” separados por um “abismo intransponível” e (ii.) garante que, por um lado, os objetos sejam dados de modo determinado e, por outro, que sempre lhes falte tal determinação porque, no primeiro, “refere todos os seus conceitos a intuições que pode fornecer *a priori*” e, no segundo, “labuta desordenadamente com conceitos discursivos *a priori*”. Por fim, (iii.) a justificação do método da filosofia seria dada com a fiança de que, “exatamente devido” a “labuta[r] desordenadamente com conceitos discursivos *a priori* em torno da natureza”, ela “atesta a realidade da mesma”.

Em atenção às duas primeiras questões, especifica-se a diferença entre o ato de “construir conceitos” na matemática e o ato de “proceder por meio de meros conceitos” na filosofia com a garantia de, no que concerne ao princípio de suas fundamentações, a referência imediata de “todos” os conceitos a intuições *a priori* é indispensável na primeira e necessariamente dispensável na segunda. Conforme explica Kant:

[e]m última análise, todo o nosso conhecimento se refere a intuições possíveis, pois é exclusivamente por meio destas que um objeto é dado. Ora, um conceito *a priori* (um conceito não empírico) ou já contém em si uma intuição pura, e neste caso pode ser construído, ou nada mais contém do que a síntese de intuições possíveis que não são dadas *a priori*, e neste caso, apesar de se poder utilizá-lo para emitir juízos sintéticos *a priori*, tal só é possível discursivamente segundo conceitos e jamais intuitivamente mediante a construção de conceitos<sup>50</sup>.

Explicita-se, então, o significado das questões referidas acima. Ora, com a primeira questão, a saber, a necessidade de se pensar a razão, diante de um “abismo intransponível” ou em “mundos completamente diferentes”, coloca-se o questionamento acerca da causa que torna cogente um uso duplo da razão. Por sua vez, a segunda questão, ao conceber que, no “mundo” da matemática, os objetos são dados diante de nós e, no “mundo” da filosofia, diante de nós pairam no ar, traz a baila a necessidade do discernimento de se apenas o primeiro uso pode ser dado como legítimo ou se também o segundo.

O parâmetro de julgamento é, aqui, a necessidade da referência de “todos” os conceitos a intuições *a priori*. No caso da matemática, o conceito não empírico já possui

<sup>50</sup> KrV A 719/B747-A720/B748.

em si uma intuição pura. Nessa condição, o conceito refere-se necessariamente a toda intuição *a priori*. No caso da filosofia, o conceito puro só contém, diz Kant, “a síntese de intuições possíveis que não são dadas *a priori* neste conceito”. A referência imediata do conceito a intuições *a priori* não compreende (e não pode compreender), neste caso, a justificação do próprio conceito. É com esse parâmetro que se consegue compreender, agora, a distinção dos conhecimentos da matemática e da filosofia em dois “mundos” diferentes e, também, o questionamento acerca da legitimidade da segunda sem que possa contar imediatamente com a intuição.

Em uma palavra, a partir do fato de que, na filosofia, não se tem a intuição como parâmetro primeiro de justificação do conceito, compreende-se a necessidade de que seu conhecimento seja tomado como distinto do conhecimento matemático e, também, o questionamento acerca das condições de justificação de conhecimentos ditos filosóficos. A condição de justificação do conceito na matemática é dada na possibilidade da sua construção na intuição. A condição da justificação do conceito na filosofia só pode contar com a sua discursividade, sem uma referência imediata à intuição.

Ora, de acordo com o trecho supracitado, Kant garante que a justificação do conhecimento filosófico deve ser dada contando-se com o simples e melindroso fato de que um conceito compreendido no seu âmbito de investigação “nada mais contém do que a síntese de intuições possíveis que não são dadas *a priori*”.

Se e como esse empreendimento pode ser levado a cabo sem contar com a âncora de um conceito matemático ou a recorrência última a um conceito incondicionado teológico é o que cabe considerar, agora, na resposta à terceira questão posta acima, a saber, aquela que questionava o método para justificação da filosofia contando com um proceder inicial “por meio de meros conceitos”.

Kant empreende a justificação de tal método no argumento intitulado “Dedução dos conceitos puros do entendimento”, apresentado no segundo capítulo da *Analítica Transcendental*. Esse argumento, segundo o seu autor, contém as “[...] investigações mais importantes para se chegar ao fundamento da faculdade que denominamos entendimento e, ao mesmo tempo, para determinar as regras e os limites do seu uso”, sendo que tais investigações foram as que lhe custaram os “[...] os maiores esforços”<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> *KrV* A XVI. Tradução própria.

Isso porque tal argumento, dado o proceder referido acima, leva a cabo “[...] a tarefa mais árdua que jamais se empreendeu a favor da metafísica”<sup>52</sup>.

Nos anos que acompanham o questionamento da posição de que o método da filosofia consiste na análise de conceitos e que antecedem a definição crítica do método da filosofia promulgada na *Crítica da razão pura*, Kant havia esboçado, pelo menos, três propostas para o argumento da dedução das categorias:

*esboço i*: datado de 1770, *Refl.* 4629 – 4634 (17: 614-619). Kant procura explicar a relação entre categorias e objetos estabelecendo as categorias como condições de possibilidade da experiência. O argumento é baseado na tese de que tais condições são imprescindíveis para que objetos nos possam ser dados na experiência;

*esboço ii*: encontrado no verso da carta de May a Kant de 1775, *Refl.* 4674- 4684 (17: 643-673). Kant começa com a noção de apercepção e procura descobrir uma conexão entre o fato de que diferentes representações pertencem a uma consciência e o uso das categorias em certos juízos;

*esboço iii*: também no verso de uma carta a Kant de janeiro de 1780 (23: 18-20). Kant concebe a noção de apercepção como pertencente a uma teoria transcendental das nossas faculdades cognitivas, e a relação entre categorias e objetos é explicada pelas operações da então chamada faculdade transcendental da imaginação (PERIN, 2008, p. 96)<sup>53</sup>.

O “*esboço i*” corresponde ao argumento que, no prefácio de 1781, Kant denominou “inteiramente suficiente” (*KrV* A XVII) e que é encontrado em A92-93. Nesse argumento, Kant parece supor que a consideração do domínio da faculdade do entendimento daria a justificativa da sua fundamentação do conhecimento humano como um todo. O problema do argumento, quanto à justificação do método próprio da filosofia, parece ser justamente o de que, partindo-se apenas do domínio da faculdade do entendimento, não se conseguiria garantir os dois elementos implicados na tarefa da

<sup>52</sup> *Prol* 04: 460. De fato, não só pela perspectiva do autor, mas também do leitor, se sabe que a argumentação de Kant, nessa parte peculiar da Crítica, “[...] está claramente entre os itens mais elogiados, frequentemente criticados e menos compreendidos no cânon filosófico” (ALLISON, 1987, p. 01). Em um trabalho dedicado exclusivamente ao “comentário histórico-analítico” do argumento da dedução, Allison sustenta que a dedução das categorias contém “[...] um problema que o próprio Kant criou, desde que ela é uma consequência direta do modo que ele separa as contribuições da sensibilidade e do entendimento para o conhecimento. [...] Colocado de modo simples, o problema é que Kant não apenas distingue acentadamente essas duas faculdades, mas também insiste que o conhecimento requer a sua cooperação. E isso, de novo, é claramente algo que não seria exigido quer pelo racionalismo leibniziano quer pelo empirismo lockeano, porque, para eles, não há a necessidade de tal ‘cooperação’” (ALLISON, 2015, p. 09).

<sup>53</sup> Esses esboços são apresentados por Carl (1989, p. 04).



dedução: a autossuficiência da sensibilidade e do entendimento e a sua necessária correlação. De acordo com o que é argumentado em Perin (2018, p. 68), esse problema é expresso em três elementos do texto do argumento: (i.) a tese de que as “[c]ategorias se referem necessariamente e *a priori* a objetos da experiência” (*KrV* A 93 / B 124) só poderia ter uma estrutura condicional em relação ao que é dado nessa experiência; (ii.) o que é descrito como “objeto do entendimento puro” não poderia ser referido ao que representa o conhecimento humano enquanto “objeto da experiência”; (iii.) mediante uma metodologia de análise da faculdade do entendimento, Kant não poderia garantir qualquer extensão sintética desse domínio em relação à sensibilidade.

O “*esboço iii*”, por sua vez, representa a argumentação de Kant no texto que, no prefácio de 1781, ele denominou “dedução subjetiva” e que é encontrado em A 94 - A 130. Nesse argumento, Kant conta com uma metodologia de análise do todo do conhecimento enquanto experiência, a fim de determinar, a partir desse todo, a faculdade do entendimento (autorrepresentação de unidade do sujeito: apercepção) como responsável pela representação conceitual do que é apreendido pelos sentidos e reproduzido pela imaginação. Nas suas palavras:

[q]uerendo-se saber se há conceitos do entendimento, deve-se, então, investigar quais são as condições *a priori* das quais depende a possibilidade da experiência, que servem de fundamento a ela mesmo quando se abstrai de todo elemento empírico dos fenômenos<sup>54</sup>.

A dificuldade de levar a cabo esse empreendimento se deve ao fato de que, na mera decomposição do todo do conhecimento enquanto experiência, não haveria como se garantir a tarefa da dedução. A saber, a demonstração de que “[n]a dedução transcendental das categorias, porém, nada mais tínhamos a fazer do que tornar compreensível essa relação do entendimento à sensibilidade” (*KrV* A 128). De fato, as duas estratégias apresentadas por Kant, para efetivar a tarefa da dedução, parecem apresentar reverses. Primeiramente, a dualidade entre o objeto em geral = x (exclusivo da faculdade do entendimento) e o fenômeno (configurado apenas como representação sensível) resultam na impossibilidade da sua equiparação (*KrV* A 104 e A 109). Por conseguinte, a partir dessa dualidade, uma relação entre o intelectual e o sensível só poderia ser modalizadamente pressuposta: “[o]s dois extremos, a saber, a sensibilidade e

---

<sup>54</sup> *KrV* A 95 – 96.

o entendimento devem, necessariamente, se relacionar por meio dessa função transcendental da imaginação”<sup>55</sup>.

O “*esboço ii*” é o esboço ao qual Kant credita o atendimento definitivo à tarefa da dedução. É de acordo com esse esboço que se pode encontrar, na segunda edição da *Crítica* de 1787, uma argumentação que procura descrever a função lógica da faculdade do entendimento – enquanto domínio do pensamento ou da síntese de representações em geral (apercepção) de qualquer unidade dessas representações (intuição em geral) – como necessariamente correlata à sua função real ou ao uso dos conceitos puros do entendimento na síntese de representações de qualquer intuição dada especificamente na sensibilidade humana.

A eficácia deste argumento se deve à sua estratégia metodológica. Kant inicia o argumento, nos §§ 15-20, com uma metodologia analítica a partir de “meros conceitos” ou da singular consideração da faculdade do entendimento, a fim de estabelecer a justificação das categorias sem o recurso à intuição no domínio da sensibilidade e, então, manter a autossuficiência dessas faculdades. Só na segunda parte do argumento, §§ 21-26, é que Kant emprega uma metodologia sintética, para garantir a relação necessária das faculdades em questão, quanto à fundamentação do conhecimento humano.

Quanto ao primeiro momento, Kant assegura que

[p]or analítica dos conceitos entendo não a sua análise ou o procedimento costumeiro nas investigações filosóficas, de decompor segundo o seu conteúdo e levar à clareza os conceitos que se oferecem, mas a ainda pouco tentada *decomposição* da própria *faculdade do entendimento* [*Zergliederung des Verstandesvermögens selbst*], para investigar a possibilidade dos conceitos *a priori* mediante a sua procura unicamente no entendimento, como lugar do seu nascimento<sup>56</sup>.

Ora, é essa metodologia inicialmente analítica que permite a consideração da tarefa da dedução, dado que ela garante a autonomia, em termos de justificação, da faculdade do entendimento em relação à sensibilidade.

No segundo momento do argumento, Kant mostra que essas faculdades apresentam uma relação necessária para a fundamentação do conhecimento humano.

<sup>55</sup> *KrV* A 124.

<sup>56</sup> *KrV* A 65 / B 90,

Quer dizer, que “[...] o pensamento de um objeto em geral mediante um conceito puro do entendimento pode se tornar conhecimento em nós somente na medida em que tal conhecimento for referido a objetos dos sentidos”<sup>57</sup>.

Esse segundo momento da tarefa da dedução representa a justificativa da “[...] possibilidade de conhecer *a priori*, mediante categorias, os objetos que sempre *podem ocorrer só aos nossos sentidos*, e isso não *segundo* a forma da intuição, mas *segundo* as leis de sua ligação”<sup>58</sup>. Ao levar a cabo esse momento, Kant garante que a

[...] unidade sintética [de intuições dadas à sensibilidade humana], contudo, não pode ser senão a da ligação, numa consciência originária e conforme às categorias, do múltiplo de uma dada *intuição em geral*, mas aplicada somente a nossa *intuição sensível*<sup>59</sup>.

A metodologia sintética do segundo momento do argumento da dedução confere, então, a atribuição de qualquer unidade cognitiva de representações espaço-temporalmente dadas na sensibilidade humana à atuação de conceitos puros do entendimento.

É com essa estrutura de prova do argumento da dedução das categorias de 1787 que Kant define o método próprio da filosofia. Em todo e qualquer conhecimento que é sintético *a priori* por natureza (como o da física e o da matemática), a faculdade do entendimento opera, com conceitos puros, uma síntese de representações de um múltiplo (intuição) que lhe é dado pela sensibilidade. Em uma palavra, em qualquer conhecimento humano, a filosofia tem seu método definido na justificação transcendental da síntese entre o que é sensivelmente dado e o que constitui a necessária determinação discursivo-conceitual desse dado.

#### 4. Considerações finais

A definição do método da filosofia se apresenta como um problema que presenciou o seu surgimento e que acompanha a discussão atual da sua pertinência enquanto saber humano. Nesse ínterim, a contribuição de Kant garante a sua originalidade e mantém a sua pertinência: a filosofia define o seu método próprio de investigação ao determinar, para qualquer conhecimento humano assumido como

<sup>57</sup> *KrV* B 146.

<sup>58</sup> *KrV* B 159.

<sup>59</sup> *KrV* B 161.

necessário e universal, a necessidade da relação sintética entre o que é dado à sensibilidade humana e a determinação conceitual desse dado pela faculdade do entendimento.

Neste trabalho, ponderou-se o percurso do pensamento kantiano de definição do método da filosofia, quanto à sua tese pré-crítica de que esse método consiste na análise de conceitos e à retomada crítica dessa tese na apresentação do argumento da dedução das categorias, que é dado como empreendimento definido de justificação do método da filosofia enquanto encarregado da fundamentação transcendental da relação do que é dado à sensibilidade humana à sua determinação conceitual pela faculdade do entendimento. É a discussão dessa relação entre o sensivelmente dado no conhecimento humano e a sua estruturação lógico-discursiva que fundamenta os diferentes paradigmas metodológicos da filosofia da ciência na Contemporaneidade.

## 5. Referências

ALLISON, H. E. (1987). Reflections on the B-Deduction. *The southern journal of philosophy*, vol. 25, pp. 1-16.

\_\_\_\_\_. (2015). *Kant's transcendental deduction: an analytical-historical commentary*. New York: Oxford University Press.

BECK, L. W. (1978). Analytic and synthetic judgments before Kant. In: \_\_\_\_\_. *Essays on Kant and Hume*. New Haven and London: Yale University Press, pp. 80-100.

\_\_\_\_\_. (1996). *Early German philosophy: Kant and his predecessors*. Bristol: Thoemmes Press.

CARL, W. (1989). Kant's first drafts of the deduction of the categories. In: FÖRSTER, Eckart (Ed.). *Kant's transcendental deductions: the three critiques and the opus postumum*. Stanford: Stanford University Press, pp. 03-20.

CARSON, E. (1999). Kant on the method of mathematics. *Journal of the history of philosophy*, vol. 37, n. 4, pp. 629-652.

CRUSIUS, C. A. (1995). *Weg zur Gewißheit und Zuverlässigkeit der menschlichen Erkenntnis*. Leipzig, 1747. Reimpessão: TONELLI, Giorgio (Ed.). Hildesheim: Georg Olms.

FALKENBURG, B. (2000). *Kants Kosmologie: die wissenschaftliche Revolution der Naturphilosophie im 18. Jahrhundert*. Frankfurt/Main: Klostermann.

KANT, I. (1749). *Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte und Beurtheilung der Beweise, deren sich Herr von Leibniz und andere Mechaniker in dieser Streitsache bedient haben, nebst einigen vorhergehenden Betrachtungen, welche die Kraft der Körper überhaupt betreffen* (GSK). In: Akademie-Textausgabe, Bd. 01. Berlin: de Gruyter, 1968; Anmerkungen, Berlin/New York: de Gruyter, 1977.

\_\_\_\_\_. (1755). *Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova dilucidatio* (PND). In: Akademie-Textausgabe, Bd. 01. Berlin: de Gruyter, 1968; Anmerkungen, Berlin/New York: de Gruyter, 1977. Trad. José Andrade Alberto Reis. In: *Textos pré-críticos*. Porto: Rés, 1983.

\_\_\_\_\_. (1756). *Metaphysicae cum geometria junctae usus in philosophia naturali* (MonPh). In: Akademie-Textausgabe, Bd. 01. Berlin: de Gruyter, 1968; Anmerkungen, Berlin/New York: de Gruyter, 1977. Trad. José Andrade Alberto Reis. In: *Textos pré-críticos*. Porto: Rés, 1983.

\_\_\_\_\_. (1763). *Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes* (BDG). In: Akademie-Textausgabe, Bd. 02. Berlin: de Gruyter, 1968; Anmerkungen, Berlin/New York: de Gruyter, 1977.

\_\_\_\_\_. (1763). *Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral* (UD). In: Akademie-Textausgabe, Bd. 02. Berlin: de Gruyter, 1968; Anmerkungen, Berlin/New York: de Gruyter, 1977. Trad. José Andrade Alberto Reis. In: *Textos pré-críticos*. Porto: Rés, 1983.

\_\_\_\_\_. (1763). *Versuch den Begriff der negativen Größen in die Weltweisheit einzuführen* (NG). In: Akademie-Textausgabe, Bd. 02. Berlin: de Gruyter, 1968; Anmerkungen, Berlin/New York: de Gruyter, 1977. Trad. D. Walford. In: *Theoretical Philosophy, 1755–1770*. New York: Cambridge University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. (1765-1766). *Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen* (NEV). In: *Gesammelte Schriften*, ed. königlich preußische (später deutsche) Akademie der Wissenschaften. Bd. 02. Berlin und Leipzig: de Gruyter, 1969. Trad. D. Walford. In: *Theoretical philosophy, 1755–1770*. New York: Cambridge University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. (1766). *Träume eines Geistersehers erläutert durch Träume der Metaphysik* (TG). In: Akademie-Textausgabe, Bd. 02. Berlin: de Gruyter, 1968; Anmerkungen, Berlin/New York: de Gruyter, 1977.

\_\_\_\_\_. (1781/1787). *Kritik der reinen Vernunft* (KrV). Hrsg. von Raymundé Schmidt. Hamburg: Meiner, 1993 (Philos. Bibliothek, Bd. 37). Trad. da edição A de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997. Trad. da edição B de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1991.

\_\_\_\_\_. (1783). *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik* (Prol). In: Akademie-Textausgabe, Bd. 04. Berlin: de Gruyter, 1968; Anmerkungen, Berlin/New York: de Gruyter, 1977. Trad. Tania Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. (1793-1794). *Fortschritte der Metaphysik* (FM). In: *Gesammelte Schriften*, ed. königlich preußische (später deutsche) Akademie der Wissenschaften. Bd. 20. Berlin und Leipzig: de Gruyter, 1971. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. (1750-1800). *Reflexionen zur Metaphysik* (Refl). In: *Gesammelte Schriften*, ed. königlich preußische (später deutsche) Akademie der Wissenschaften. Bde. 17-18. Berlin und Leipzig: de Gruyter, 1966.

\_\_\_\_\_. (1750-1800). *Vorlesungen über Logik* (V-Lo). In: *Gesammelte Schriften*, ed. königlich preußische (später deutsche) Akademie der Wissenschaften. Bd. 24. Berlin und Leipzig: de Gruyter, 1966. Trad. J. Michael Young. New York: Cambridge University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. (1750-1800). *Vorlesungen über Metaphysik* (V-Met). In: *Gesammelte Schriften*, ed. königlich preußische (später deutsche) Akademie der Wissenschaften. Bde. 28-29. Berlin und Leipzig: de Gruyter, 1972. Trad. Karl Ameriks e Stevens Naragon. New York: Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. (1798-1804). *Opus postumum* (OP). In: *Gesammelte Schriften*, ed. königlich preußische (später deutsche) Akademie der Wissenschaften. Bde. 17-18. Berlin und Leipzig: de Gruyter, 1936 e 1938. Trad. Félix Duque. Madrid: Editora Nacional, 1983.

KLOTZ, H. C. (2005). Análise na metodologia kantiana da filosofia. In: SEMINÁRIO SOBRE O CONCEITO DE “ANÁLISE” EM FILOSOFIA, 2005, Santa Maria. *Conferência...* Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.

MENDELSSOHN, M. (1997). On evidence in metaphysical sciences. Trad. Daniel O. Dahlstrom. In: *Moses Mendelssohn: philosophical writings*. New York: Cambridge University Press. pp. 251-306.

PERIN, A. (2015). The proof of the principle of sufficient reason: Wolff, Crusius and the early Kant on the search for a foundation of metaphysics. *Revista portuguesa de filosofia*, vol. 71, n. 2-3, pp. 515-529.

\_\_\_\_\_. (2018). Kant and the “mystery hidden” in the Critique of pure reason: a methodological approach to the A-Deduction argument. *Manuscrito*, v. 41, n. 2, pp. 53-88.

RECHTER, O. (2000). The view from 1763: Kant on the arithmetical method before intuition. In: CARSON, Emily; HUBER, Renate (Eds.). *Intuition and the axiomatic method*. Dordrecht: Springer, pp. 21-46.

Artigo recebido em: 16.02.2020

Artigo aprovado em: 21.06.2020